

A presença marcante e conflitiva de Wilhelm Reich no movimento psicanalítico foi processada institucionalmente pela via de sua expulsão da Sociedade Internacional de Psicanálise, como foi exposto com riqueza de detalhes no trabalho de Claudia Gallo, que precedeu essa apresentação¹. Este acontecimento coincide com o início de um longo período de fechamento ideológico e doutrinário da Associação Psicanalítica Internacional (IPA) e de suas filiais nos diversos países.

Nos anos 70, com os ventos de liberação que percorrem o mundo, a relação política-psicanálise volta a movimentar a psicanálise e o “caso Reich” (Rodrigué, 1995) é retomado como um analisador desta problemática e dos processos de institucionalização. A instituição psicanalítica “oficial” é questionada, e se produzem movimentos de inovação, ruptura e criação de novos projetos coletivos, entre os quais a cisão da Associação Psicanalítica Argentina, em 1973, a criação do Centro de Docência e Investigação em Buenos Aires² e a criação do Curso de Psicanálise em 1976 e, posteriormente, em 1985, do Departamento de Psicanálise, ambos no Instituto Sedes Sapientiae de São Paulo, como espaços psicanalíticos autônomos e politizados.

Marie Langer, psicanalista argentina de origem austríaca, nos fala sobre esses dois momentos históricos: “Nos anos 30 em Viena, a juventude intelectual era atraída intensamente pela Psicanálise e pelo Marxismo. Hoje em dia, em Buenos Aires, a juventude que conheço se dedica com igual interesse a esses grandes temas” (Langer (1973), *Psicanálise e/ou Revolução Social* (p. 251).

Freud e Marx haviam criado duas ciências que traziam uma nova consciência ao homem. Um grupo significativo de analistas austríacos e alemães compartilhava esse interesse. O mais destacado entre eles foi Wilhelm Reich. Para Reich a aproximação e a complementação entre ambos os pensamentos iriam enriquecer cada um deles.

Para Rodrigué (1995), assim como para E. Roudinesco (1998), não resta dúvida de que a expulsão de Reich foi uma decisão política, e não científica, decisão ditada em

¹ Gallo, C. de A. “Relato de uma expulsão; ou quando a Psicanálise silenciou”, pag ... desse livro.

² Centro de Docencia e Investigación de la Coordinadora de Trabajadores de Salud Mental.

grande medida, pelo reflexo do pânico diante de uma situação de grande risco *real*. Mas consideram, entretanto, que o pânico, como Freud o demonstrou, é fruto de um desinvestimento libidinal prévio. O que estes autores postulam é que a grave doença de Freud, em um grupo tão verticalizado e centralizado na figura do mestre, trazia uma grande ameaça de desagregação e fragmentação, fazendo com que a Sociedade Internacional de Psicanálise precisasse recorrer a essa resolução sintomática com a finalidade de reforçar sua unidade.

M. Langer aporta seu testemunho direto sobre as circunstâncias reais políticos-institucionais. Ela, que tinha na época 24 anos, era médica e estava iniciando sua formação psicanalítica em Viena, relata que esteve em 1932 em Berlim, ouviu Hitler falar diante de uma concentração multitudinária de nazistas e tomou a decisão de militar na esquerda. Sentia que era absurdo entregar-se sem lutar. Freud – diz ela - negava o perigo, idealizava a Alemanha de Goethe, que achava avessa às extravagâncias bélicas. “Nós, os jovens politizados, pensávamos diferente”, diz a autora.

Na Áustria todos os partidos de oposição foram proibidos; a metade da população pertencia a eles, e muitos militavam clandestinamente. Frente a isto, as autoridades da Associação Vienense decidem que, para preservar a psicanálise, era necessário proibir seus integrantes de exercer qualquer atividade política ilegal e de atender pessoas que estivessem em tal situação. Precisavam optar. Frente à circulação de rumores quanto ao engajamento político de Langer, o analista lhe colocou as seguintes possibilidades: ou ela escolhia a militância política e abandonava a análise, ou ficava na psicanálise e renunciava à prática política. Havia uma terceira possibilidade, manter as duas coisas, mas... evitar falar muito disso na análise. Solução obviamente problemática desde o ponto de vista dos princípios do método e da ética da psicanálise. Ficou nessa situação por um tempo, mas após um incidente policial que complica sua situação na instituição, decide sair dela e exilar-se. Vai para Espanha e se engaja como médica nas Brigadas Internacionais, que lutam contra o franquismo.

As posições ideológicas e políticas assumidas pelos analistas de esquerda³, e principalmente de Reich, entram em uma dinâmica de debate – e posteriormente de

³ Annie Reich, S. Bernfeld, E. Jacobson, O. Fenichel, K. Friedlander, G. Gerö, etc.

oposição e antagonismo – com as posições dominantes na instituição psicanalítica, o que desembocou na formulação, pela primeira vez, de uma *política oficial*. Rodrigué (1995) afirma que Wilhelm Reich foi o primeiro sintoma, no sentido analítico do termo, da institucionalização da psicanálise. O próprio Reich utilizava o conceito de *sintoma institucional*. Para ele, por exemplo, a teoria da pulsão de morte, introduzido por Freud em *Mais além do princípio do prazer*, era um sintoma do conflito criado entre a potência crítica e criativa de Freud e as tendências conservadoras e regressivas, que chegavam até a dessexualizar a teoria psicanalítica. Esta afirmação, além de conter uma parte de verdade, pode ser vista também como uma espécie de “teoria do cerco”, fantasia destinada a preservar a imagem do mestre idealizado em meio ao conflito que os levou a um confronto progressivo.

O processo de afastamento institucional de Reich começa na Sociedade Psicanalítica de Berlim e culmina no Congresso da Associação Internacional em Lucerna em 1934. Sobre as vicissitudes da instituição psicanalítica na Alemanha após a ascensão do nazismo, a “limpeza étnica” de analistas judeus e de teorias e linguagens psicoanalíticas, considerados “ciência judaica”, e sua concomitante uniformização doutrinária (*Gleichschaltung*) podem ser lidos os importantes trabalhos de Chaim S. Katz.

Com o início da guerra se produz a diáspora para diversas regiões do mundo, e a psicanálise torna-se não só apolítica, mas também acrítica, adaptativa, tendendo ao isolamento e ao encapsulamento intrainstitucional. As instituições psicanalíticas se transformaram em corporações profissionalistas, autoritárias, burocráticas. Segundo Roudinesco, os analistas da esquerda freudiana, assim como muitos outros da chamada segunda geração internacional, tiveram que enfrentar o exílio e a integração numa nova cultura. “Encontraram na IPA uma nova pátria freudiana, e foram então os artífices do legitimismo ou, ao contrário, contestaram o aparelho freudiano, chegando até a cisão, o exílio interior, ou ainda a mudança de prática”. (Verbete Fenichel, p. 230).

Continuando com o analisador Marie Langer, depois da luta nas Brigadas Internacionais, ela abandona a Europa, vai para Uruguai e acaba por radicar-se finalmente em Buenos Aires, onde retoma o trabalho psicanalítico. Junto a colegas argentinos e outros

analistas, também imigrantes, funda em 1946 a Associação Psicanalítica Argentina, a primeira na América do Sul a ser reconhecida pela IPA.

Em 1971 ela escreve para um encontro da Internacional um artigo que intitula *Psicanálise e/ou Revolução Social* em que relata esta história. Afirma que nos anos 30 os analistas da geração jovem foram convencidos pelo grupo de analistas mais velhos a optar por uma ou pela outra. Agora, em 1970, os analistas mais velhos acompanham os jovens que decidem questionar a instituição e construir um caminho que não exclui essas possibilidades. Langer se constituiu em porta-voz do Grupo Plataforma que, junto com o Grupo Documento, também da APA, protagonizam a primeira cisão por motivos ideológicos e políticos na história movimento psicanalítico. Além dos analistas europeus ligados à Plataforma Internacional, já existiam, na América Latina outros grupos, como por exemplo aqui em São Paulo, que questionavam o funcionamento da SBPSP, tentando resistir ao processo de centralização de poder e fechamento ideológico e técnico que nela se instalara desde a década de 60. Um destes grupos organizou-se em 1976, formado por psicanalistas, extra e intrainstitucionais - Regina Schnaiderman, Roberto Azevedo, Fábio Hermann e Isaias Melsohn⁴, entre outros - e começa a desenvolver uma proposta de formação psicanalítica, fundando o Curso de Psicanálise do Sedes Sapientiae, ao qual psicanalistas argentinos que emigramos para o Brasil viemos a nos incorporar (Ver Cytrynowicz, 2006). O Sedes era um lugar de acolhimento e apoio aos movimentos que lutavam contra o arbítrio, pelo retorno da democracia e a favor da transformação social.

Na América Latina, em diversos graus e formas, as instituições oficiais estiveram submissas e, às vezes, até sintonizadas com os regimes ditatoriais, fato do qual no Brasil existiram exemplos flagrantes, como o relatado em *Não conte a ninguém*, de Helena Besserman Viana(1994), e também os analisados recentemente por Marilucia Meirelles no lançamento e apresentação do livro *Sobre a ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer*, do Departamento de Psicanálise (Arantes, M.A. e Ferraz, F., 2016).

Do ponto de vista político-ideológico, as atitudes, principalmente dos dirigentes e de muitos membros das Sociedades Psicanalíticas ligadas à

⁴ Ver Cytrynowicz (2006).

IPA – que naquela ocasião congregavam um número bem expressivo de membros – foram de ausência e ambiguidade, disfarçando tácito apoio ao regime autoritário (Meirelles, 2016).

Solicitados por organismos federativos regionais, omitiam solidarizar-se publicamente com um psicanalista perseguido em Uruguai, Marcelo Viñar, por exemplo, alegando que os estatutos da instituição proibiam pronunciamentos sobre assuntos políticos, mas não deixavam de expressar, por carta, seu desejo de que o colega afetado (preso e sob tortura) “...estivesse gozando de saúde, esperando que seu caso se resolvesse satisfatoriamente” (idem, p. 2).

Vemos que os *sintomas institucionais* identificados por Rodrigué se reproduzem ao longo do tempo, ganhando feições tão absurdas quanto trágicas.

Os acontecimentos na SPRJ, referidos ao “cordeiro-lobo”, se revestem de uma gravidade sem comparação; tanto pela permanência na instituição do candidato Amílcar Lobo, mesmo que já fosse conhecida sua participação como tenente - médico nas equipes de tortura da ditadura (seu codinome era Dr. Cordeiro), quanto pela violência e a truculência com que foi perseguida Helena Besserman Vianna, a psicanalista que denunciou o fato através de uma carta anônima dirigida a Marie Langer, publicada em *Questionamos II*, e reenviada aos diretivos da IPA. Sua autoria foi revelada por uma pesquisa grafológica encomendada pelas autoridades locais. Não conte a ninguém, foi a orientação dada para a autora de dita carta, em 1993, por um alto diretor da IPA, frente ao relato desta série de acontecimentos. É o contrário da posição assumida publicamente por Langer junto a Armando Bauleo, no livro "*Questionamos II*" em 1983: "Enviamos a denúncia a diversas sociedades psicanalíticas, esperamos que sejam tomadas as medidas correspondentes" e, acrescenta: "O que mais pode se dizer frente a esta denúncia? O que sentir senão horror e indignação? (...). Sem nenhuma dúvida a sobrevivência institucional pode implicar um altíssimo preço".

A psicanálise institucionalizada havia silenciado mais uma vez. Publicado em 1997, o livro sacudiu o *establishment* psicanalítico com a denúncia desse encobrimento,

tendo diversos desdobramentos dentro do movimento psicanalítico. Quando perguntam a René Major, em 2003, por que criou os Estados Gerais da Psicanálise, ele responde: “*O principal motivo veio do esquecimento, do recalçamento e mesmo da ignorância intrínseca da política no movimento psicanalítico. A história da psicanálise no Brasil teve um papel desencadeador nessa tomada de consciência*”. Foi durante o lançamento do livro de Besserman-Viana em Paris, do qual ele fez o prefácio, que foi decidida a convocação dos Estados Gerais.

Tivemos que tomar conhecimento dos sintomas que podem produzir na realidade a implicação desconhecida da dimensão política na transmissão da experiência analítica e nas instituições psicanalíticas. Os sintomas que se manifestaram no Rio não eram apenas locais ou regionais, mas internacionais, pois diziam respeito a todo o movimento desde a Segunda Guerra (Plon, 2003).

A ideologia fascista involucrada em processos institucionais que davam sustentação a poderes autoritários e ditatoriais já havia sido denunciada e analisada nos debates europeus dos anos 70. Em um colóquio sobre “Psicanálise e política” em Milão, Philippe Sollers valorizava a posição de Reich pondo a ênfase na questão do fascismo.

Quem pode afirmar que o fascismo seja um perigo descartado, quando se implanta em toda América do Sul, está vivo na Europa e carcome os países revisionistas? (...). É preciso ter do fascismo um conhecimento preciso, claro, sem pudor. Uma política sem psicanálise, e uma psicanálise sem política constitui hoje o risco *mesmo* do fascismo nos países capitalistas industrializados. (Sollers, 1974)

Qual era o panorama teórico institucionalizado no qual se inseriu a geração que encarava a formação psicanalítica entre 60 e 70, quando a política voltou a se fazer presente? Na concepção psicanalítica da vida psíquica, tão rica quanto ao conceito de inconsciente, de uma sexualidade ampliada, e de seu papel determinante na gênese da neurose, estava ausente a dimensão do social, a significação da exploração econômica e a dominação política. Não havia sido excluído somente Reich. Havia sido excluído também o Freud que revolucionou a cultura, o que tinha contribuições importantes a fazer sobre o

social e sobre a política. Assim o testemunham vários de seus trabalhos, como *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, *O Porquê da Guerra* e *Moisés e o Monoteísmo*. Era o Freud que afirmava que uma cultura que não satisfaz um número tão grande de seus integrantes e os impulsiona para a rebelião, não tem a possibilidade de conservar-se definitivamente - e nem o merece.

Para os analistas dos anos 70, para nós, tinha sentido a aproximação entre Marx e Freud. Estudávamos os dois. A política da esquerda, em que íamos nos engajando, questionava o stalinismo e as direções partidárias burocratizadas e, na reflexão teórica sobre a ideologia, o marxismo althusseriano, com sua forte presença da psicanálise, nos atraía enormemente. Havia algo no tipo de pensamento que tornava Marx e Freud próximos e afins. Não deve surpreender, afirmava Althusser (1976), “que alguns, por exemplo Reich, se vissem tentados a buscar as razões dessa afinidade em uma *identidade de objeto*, querendo identificar os efeitos do inconsciente discernidos por Freud com os efeitos da luta de classe isolados por Marx” (p. 108). Era a crítica epistemológica sistematicamente formulada contra o freudomarxismo. No entanto pressentia-se – ele incluído - que algo *em comum* ocorria nessa dupla experiência sem precedente na história da cultura. Apesar de seu questionamento há uma valorização desse “pressentimento” nas considerações que o autor desenvolve.

Freud nos oferece o exemplo, assim como Marx, de um pensamento materialista e dialético. Freud se opõe também ao idealismo, ao espiritualismo e a religião, ainda quando ela se disfarça de moral. Ao mesmo tempo, conceitos como transferência, condensação e sobredeterminação podem ser considerados como *figuras dialéticas* (ver Althusser (1976) p. 110). Mas Althusser postulava também o caráter *conflitual* da teoria marxista e da teoria freudiana. As duas provocam resistências, sofrem tentativas de anexação, de crítica e de revisão, na medida em que contêm algo de *verdadeiro e perigoso*, que precisa ser neutralizado. É difícil para o leitor não pensar nas vicissitudes ulteriores do “fantasma do comunismo” que havia percorrido a Europa e da “peste psicanalítica” que chegava à América do Norte trazida por Freud e seus companheiros de viagem em 1908.

Este caráter conflitual e provocador de cisões – afirma o autor - é, por natureza, constitutivo de sua cientificidade, de sua objetividade. Em uma realidade assim,

necessariamente conflitual, não dá para ver tudo desde toda parte. Não se pode **ver**, a não ser ocupando uma determinada posição no conflito (proletária) e não outra, não se deixando arrastar pelas ilusões da ideologia dominante. É preciso desenvolver posições filosóficas materialistas, dialéticas, que são posições de classe, para poder conhecer o que é encoberto, o que é velado pela ideologia.

Maquiavel dizia que há que ser povo para conhecer os príncipes. Althusser parafraseia que há que ser proletariado, para compreender *o capital*, ter reconhecido sua existência, ter compartilhado suas lutas. Não existe nenhum outro meio além da *prática*, para que esse deslocamento aconteça. “Agora bem” – sublinha – “para um intelectual não existe nenhuma outra maneira que ser povo, que converter-se em povo por meio da experiência prática da luta desse povo” (p. 117, itálico do autor).

Cabe questionar esse conceito de conversão, que tem ressonâncias tanto psicanalíticas como históricas, as conversões religiosas. Esta palavra - povo – mexia com muitos de nós, envolvidos como estávamos num processo político em que a mobilização popular era um fato de intensidade crescente que nos implicava, e no qual nos víamos integrando o *campo popular*. Nós éramos parte do povo, e de povos em luta. Tratava-se, a meu ver, mais de convergências, que certamente nos afetavam e reposicionavam, do que de conversões. E isto fez parte de muitos debates.

Há algo para pensar, nesta linha, quanto aos processos de ressignificação e ressubjetivação envolvidos nas experiências transformadoras, que operam rupturas. Freud teve que deslocar-se subjetivamente de uma posição de superioridade médica e de gênero, para poder escutar as pacientes histéricas. Teve que deixar que se fizessem ouvir, acolher suas ideias, reconhecer e teorizar a “limpeza da chaminé” proposta e sustentada por elas, mudar sua técnica inicial: assim pôde *ver* a sexualidade infantil falando em seus sintomas corporais. Porque é necessário um deslocamento do ponto geográfico de observação, dentro de um sistema, para poder desvelar uma realidade encoberta.

O que significou para nós, psicanalistas, engajar-nos nos movimentos de Saúde Mental, ir trabalhar nas instituições psiquiátricas da rede pública? Surgiam dúvidas. Não estaríamos tentando responder à demanda, ao invés de nos posicionarmos como analistas? Entretanto, a partir destas e de outras perguntas, criávamos modalidades novas de

intervenção: as comunidades terapêuticas inglesas, a psicoterapia institucional francesa, a rede da antipsiquiatria, a psiquiatria democrática italiana sinalizavam caminhos. Nós nos implicávamos politicamente, instituíamos identidades novas, virávamos trabalhadores da Saúde Mental, e esta designação nos reposicionava a todos, junto com psiquiatras, psicólogos, residentes, pacientes, familiares, enfermeiras, cientistas sociais, educadores, estudantes, fazendo parte de diversos movimentos e agrupamentos.

Tivemos que nos “deslocar”, por exemplo, desde o Sedes de São Paulo para os ambulatórios de Saúde Mental, para começar a compreender a lógica dilatada do sistema manicomial hospitalocêntrico e autoritário, participar na democratização das práticas, instituir terapias alternativas e participar dos movimentos de Saúde Mental que lutavam para desmontá-lo. A partir do manicômio não era possível, a menos que se pudesse entrar como entrou Antonio Lancetti, apoiado por todo o esforço político-institucional que lhe deu David Capistrano para poder operar dentro do Sanatório Anhembi, sujeito a intervenção.

Foi preciso também sair para as ruas nas manifestações, para reconhecer a cidade e começar a entender a política do espaço, da circulação e da não circulação, da rebeldia latente e seu sufocamento permanente, as ruas só para os carros, a falta de espaços públicos, até que algo se quebrasse, acionando o sufocar agudo por parte da tropa de choque.

São acontecimentos associados à violência da repressão policial ou militar contra movimentos de protesto, contra injustiças, os que levam à assunção de um compromisso político e um engajamento na luta. Para Reich, foi a experiência da greve que aconteceu em Viena em 16 de julho de 1927. Ele estava lá. “Se me dediquei ao movimento de higiene mental, não foi precisamente para curar algumas pessoas ou melhorar sua saúde: comecei depois desse dia, quando foram mortas cem pessoas na rua e feridas umas mil ”... (Reich, citado por Langer, (1973), p. 9) O movimento na Argentina surgiu como reação à repressão no *Cordobazo*, em 1969, que deslançou uma greve geral à qual os analistas aderiram. Nos diversos casos trata-se de observações e interrogações impregnadas de uma inquietante estranheza. Reich se pergunta sobre essa inibição submissa, essa passividade

por parte dos manifestantes. Por que os repressores são tão violentos e indiferentes ao sofrimento, tratando-se de pessoas de sua própria classe social?

Marcelo Freixo fala da mesma coisa em *Extermínio*, em sua ex-coluna na *Folha* de 5 de julho de 2016: policiais militares, muitas vezes negros, pobres e favelados, matando meninos negros, pobres e favelados. Matando e morrendo em número crescente.

Ser afetado pelo sofrimento dos outros desloca o observador implicado dos lugares “naturais”, e este deslocamento é político; desloca-nos dos lugares instituídos, de nosso pertencimento ao estabelecido, de nossas identidades fixadas, em função de um reconhecimento solidário frente à injustiça, o desamparo que nos demanda, nos convoca, nos induz a uma responsabilidade.

Foi preciso, como destacam quase todos os autores, que Reich saísse do consultório clínico para as manifestações de rua em 1927 para que decidisse se engajar na luta política. Mas foi preciso, também, passar pela indagação prática sobre a articulação entre as condições subjetivas (para a revolução social) e o questionamento da moral sexual burguesa, através da experiência multiplicadora de Sex-Pol⁵, ou seja deslocar-se para outros lugares, outras parcerias e outros modos de interlocução e agir sobre uma realidade, para se lançar em outro modo de ação em 1933 - a escrita do livro sobre psicologia de massas do fascismo.

A Psicologia de massas do fascismo

São novas perguntas emergindo também de novos acontecimentos políticos o que leva Reich a escrever uma de suas obras mais importantes: a *Psicologia de massas do fascismo*. Por que a proposta socialista, com seus ideais de liberdade e igualdade, foi derrotada nas urnas, subjugada pela ideologia nacional-socialista? Hitler chega ao poder pela via eleitoral e este é o fato mais inquietante, o fato maldito, para as forças de esquerda, e que requer novas respostas.

⁵Movimento surgido em 1931, do primeiro congresso da *Associação Alemã para uma Política Sexual Proletária*, com amplas ramificações nos centros industriais, baseados em exposições e debates, focados em temas cotidianos e prementes: problemas de moradia, dilemas religiosos e atitude negativista dos educadores em relação à sexualidade e as dificuldades emocionais e sexuais vivenciadas por crianças e adolescentes. Reich (1933), p. 87; Bedani & Albertini (2009), p. 4-5.

Foi a prática em Sex-Pol a que lhe possibilitou ver, por exemplo, a crise em que estava imersa a juventude. Ver de que maneira e até que grau a moral autoritária implantada desde a infância, através da repressão sexual inerente ao patriarcado, entrava em choque com novos valores morais, formas de vida e concepções de mundo que irrompiam na cena social, sinalizados pelos movimentos artísticos de vanguarda, as revolucionárias descobertas científicas, a onda de impacto produzida pela Revolução Russa, a luta pelos direitos sociais da mulher, as formulações da Psicanálise e a franqueza com a qual as questões sexuais começavam a ser abordadas. Por outro lado o jovem carregava em sua estrutura uma moral autoritária, milenarmente patriarcal e sexo-negativa. Este conflito axial tornava o jovem apático e temeroso de se responsabilizar por seu próprio destino. “As massas, frustradas sexualmente, tornam-se neuróticas, e o neurótico sabe sofrer mas não sabe lutar”, dirá mais tarde Marie Langer, comentando as conclusões de Reich (Langer, p.9): “Na verdade Hitler nada mais representava do que a expressão da trágica contradição entre o anseio por liberdade e o medo real da liberdade”⁶ (Reich, 1942).

É nesse campo ideológico contraditório que o nazismo vai explorar e manipular a ideologia nacionalista, racista, da honra e o dever, da disciplina e da exaltação da virilidade.

Mas há um ponto importante a destacar de começo: é a análise que faz – Reich da psicologia de massa da pequena burguesia, em função do papel determinante que lhe coube naquelas eleições. O sucesso de Hitler não está em sua personalidade nem em sua ideologia objetiva e não se explica por uma “mistificação” das massas. A questão central é saber o que acontecia no seio das massas para que elas se unissem a um partido cujos chefes perseguiram uma política oposta aos interesses das massas trabalhadoras. O nacional-socialismo pôs a descoberto o conjunto de contradições que caracterizam a psicologia de massas da pequena burguesia.

Reich produz uma análise detalhada e penetrante de cada um dos elementos dessa complexidade, e de como eles operam diferencialmente diante do agravamento da crise. Destacamos alguns aspectos.

⁶Reich (1942) citado por Bedani, p. 236

O pequeno burguês não pode solidarizar-se, nem com a própria camada social, nem tampouco com o proletariado; com a própria camada social, porque nela reina a concorrência, com o proletariado industrial, porque o que ele mais teme é precisamente a proletarização. (p.46).

É o nacional-socialismo o que lhe trará a possibilidade de um sentimento de união. *Como se forma e se sustenta dito sentimento?* O fato que o movimento fascista tenha podido unificar a pequena burguesia se explicará pela psicologia de massas.

A posição das classes médias é determinada *pela sua posição no modo produção capitalista, pela sua posição no aparelho do estado capitalista, pela situação familiar particular*, que é determinada diretamente pelo processo de produção, mas que fornece a chave para compreender a sua ideologia. Podemos comprová-lo no fato de que os pequenos camponeses, funcionários e comerciantes médios mostram diferenças econômicas entre si, mas se caracterizam por uma situação familiar, em seus grandes traços, *idêntica*” (p.44).

A consciência social do funcionário do Estado e do empregado médio não se caracteriza pela consciência de uma comunidade de destino com seus colegas de trabalho, mas por sua posição em relação à autoridade pública e à nação. “Esta posição consiste *numa completa identificação com o poder de estado*; no empregado, numa identificação com a empresa que serve” (Reich (1933) p. 46-47, *itálico do autor*). Tudo se resume a uma fórmula: “Eu sou o estado, a autoridade, a empresa, a nação”; esta identificação “...representa uma realidade psíquica e constitui um dos melhores exemplos de uma ideologia transformada em força material” (p. 47).

Trata-se, então, de algo da ordem do ser, que o coloca acima do proletário e no meio, entre ele e a autoridade. Reich explicita claramente o sentido do conceito de identificação na psicanálise, e que, conforme sabemos, foi amplamente trabalhado por Freud na *Psicologia de massa e análise do eu* como determinante constitutivo da estrutura de uma *massa psicológica*, pela dupla identificação dos membros com o líder e consequentemente entre seus eus.

Esta identificação vertical ou centrípeta não daria lugar a uma identificação solidária lateral com seus colegas, com sua classe, não só em razão da concorrência, mas

também porque o que galvaniza o sujeito é a posição intermediária que ocupa entre a autoridade e o trabalhador manual ou proletário. É um subalterno com respeito a essa autoridade, e um representante da mesma em suas relações com seus subordinados, gozando, por esse motivo, de uma especial proteção moral (não material).

Poderíamos dizer que se trata de um halo protetor, de uma investidura emblemática, de um efeito fetichístico, efeito de um processo que começa com um parecer-se, idealizado, com seus superiores, para ir transformando-se à imagem e semelhança da classe dominante. “Com o olhar constantemente *virado para o alto*, o pequeno burguês forma *uma forquilha* [ou *acaba por cavar uma fossa* segundo a tradução em espanhol⁷] *entre sua situação econômica e sua ideologia*” (p. 47) . Vive em condições de penúria, mas se preocupa antes de mais nada com a aparência, o chapéu alto e a casaca, como manifestação visível desse olhar. Não aparece no texto uma referência explícita ao conceito de *fetich* na explicação do fetichismo, introduzido por Freud no trabalho com esse título, de 1927, mas não é difícil reconhecer sua possível pertinência nesse valioso estudo sobre a ideologia da pequena burguesia, assim como a ressonância na ideia de “forquilha” ou de “fossa que é cavada” do conceito de *cisão* ou *clivagem* vertical no eu entre o reconhecimento, em uma parte, de uma realidade factual mas *recusada* em sua significação angustiante, e regiões em que domina a aderência a uma crença narcísica onipotente a que não se renuncia, sustentada pelo investimento perceptual repetitivo e estereotipado do fetich.

Reich estuda assim modos de subjetivação associados a determinadas formas de vida a partir de uma observação muito detalhada, de um mergulho na vida social e política, de um “pôr a mão na massa”. Como a pequena burguesia é o pilar principal da ordem autoritária, esta atribui grande importância à “integridade dos costumes” e à eliminação de toda “influência inferior”, sendo a família o pivô da política cultural.

Assim verá até que ponto ser portador de uma *moral de honra e dever*, originada na família, implicará em possuir uma diferença essencial, uma superioridade ligada a uma identidade nacional e racial, que servirá de suporte a movimentos massivos de estigmatização xenófoba e moralista focada em determinados indivíduos e grupos inferiores ou propiciadores da decadência da sociedade – judeus, negros, indígenas,

⁷ Reich, W. (1933) *La psicologia de masas del fascismo*. (Tradução de R.M. Ruiz da edição alemã de Sex-Pol Verlag, Zurich, 1933). México: Roca, 1973.

doentes mentais, comunistas, perversos sexuais, doentes crônicos - impulsionados por estratégias discursivas e práticas de controle, associadas aos diferentes poderes instituídos, socioeconômicos, políticos, religiosos, médico-higienistas, etc. com forte apoio educacional e midiático que desembocará em políticas de segregação e aniquilamento, tanto em território alemão como nos países anexados e dominados em sua expansão militar imperialista.

Este é o eixo em torno ao qual se organiza a ideologia fascista alemã e sua teoria racial: “A tarefa mais nobre de uma nação consiste em salvar a pureza da raça, e salvá-la da mestiçagem, que a conduz sempre à decadência da raça superior”. Se apoia em razões “naturais” (seleção natural, sobrevivência do mais forte) mas a mescla de sangue (“*blutschande*”) também implica um pecado, contrariar a vontade do Criador eterno. Há em jogo uma ideologia política imperialista, mas também fantasias inconscientes de forte carga afetiva: outra acepção de “*blutschande*” é incesto. A estruturação subjetiva do fascista se caracteriza, assim, pelo pensamento metafísico, o sentimento religioso, a submissão a ideais abstratos e morais, e a crença na missão divina do “Führer”, sobre um subsolo de adesão submissa a um ideal de líder e de nação.

Na relação que estabelece a massa com o líder está presente também esta identificação profunda e fusional com ele e com a pátria, a nação, que ele encarna, que ele é. O líder constrói seu discurso sem necessidade de argumentos, em base a um apelo afetivo direto de modo a propiciar essa identificação. Isto nos lembra de uma declaração, em junho de 2016, do deputado J. Bolsonaro, referida ao povo, em ocasião de responder se adequaria seu discurso à situação de pré-candidatura: “Costumo dizer que não falo o que o povo quer. **Eu sou** o que o povo quer”⁸ (negrito meu). Trata-se aqui, novamente, de algo no sentido de um ser: alguém completo, autossuficiente, que não representa – haja vista a existência de uma crise de representatividade -, que não precisa de mandato, que é propriamente o soberano absoluto, ao modo do pai onipotente e despótico da horda primitiva postulado por Freud. Esta figura política da atualidade, que obtém números significativos nas pesquisas, protagonizou diversos episódios de ressonância como sua homenagem pública, durante o *impeachment*, ao coronel que chefiou um dos maiores

⁸ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1779759-pre-candidato-bolsonaro-tenta-criar-a-extrema-direita-light.shtml>.

órgãos de repressão da ditadura, suas tomadas de posição sexistas, homofóbicas e de justificação da violência contra a mulher, com forte implicação pessoal, assim como suas manifestações depreciativas para com a imagem de índios e quilombolas, fazem pensar nos traços da mentalidade fascista que foram esboçados.

Diversas linhas de trabalho, no campo do pensamento crítico, estão operando novas compreensões e formulações com relação à política, em boa medida enriquecidas pela perspectiva psicanalítica e abordagens afins. Debate-se a concepção do tipo de contradição em jogo, da autonomia, da hegemonia, do populismo, das identidades coletivas, da democracia (Laclau, 2013). A análise do papel desempenhado pelo fascismo, em suas diversas formas, no começo da Modernidade e na época dos chamados regimes totalitários, assim como o do lugar que lhe cabe hoje no capitalismo contemporâneo, vem sendo relevante no debate mais pormenorizado, porém necessário, em torno dos acontecimentos políticos recentes nos USA e na Europa.

Através da investida da globalização neoliberal e seu impacto na configuração dos laços sociais, na estrutura e gestão do trabalho, do estado, do público e do privado, o capitalismo procura consolidar planetariamente a centralidade do cálculo econômico como pensamento e linguagem únicos. A emergência e sustentação das democracias populares na América Latina possibilitou contrapor-se a esta estratégia fortemente invasiva ao longo da primeira parte do século e avançar na conquista de direitos e em processos de inclusão social e política. Entretanto, já desde 2013, se anunciava uma contraofensiva institucionalista, apoiada em um legalismo ardiloso, com forte apoio da mídia, que propiciam a degradação do debate político em favor de posicionamentos autoritários e atitudes coletivas marcadas pelo preconceito, retrocesso e discriminação.

Os psicanalistas, tendo se implicado e participado crescentemente, ao longo de esses anos, em experiências e práticas enriquecedoras no campo social, se mobilizam hoje na defesa dos direitos conquistados. Podemos ver em acontecimentos como o encontro dos “Psicanalistas pela Democracia”, na USP, em apoio incondicional à democracia, em 7 de abril de 2016, a marca de um momento inédito e altamente significativo, na história do movimento psicanalítico, quanto à transformação da relação entre psicanálise e política.

Referências

Althusser, L. (1976). Marx y Freud. In *Novos escritos: La crisis del movimiento comunista internacional frente a la teoría marxista* (pp 197-135). Laia: Barcelona, 1978.

Arantes, M.A.A.C e Ferraz, F.C. (orgs) (2016) *Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer*. São Paulo: Escuta.

Bedani, A. e Albertini, P. (2009). Política e sexualidade na trajetória de Reich: Berlim (1930-1933) *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, v.61, nº 2.

Besserman-Viana, H. (1994). *Não conte a ninguém...: contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago.

Cytrynowicz, M.M. e Cytronowicz, R. (2006). *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um.

Katz, C. S. (1985) *Psicanálise e Nazismo*. Rio de Janeiro: Taurus.

_____ (2014) Não nos curaremos somente com palavras. Entrevista. *Percurso*, Ano XXIV, n. 52.

Laclau, E. (2013) *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas.

Langer, M. (1973). a) Prefácio pp. 9-13; b) *Psicanálise e/ou Revolução Social* (1971), pp. 251-263. In Langer, M. (Comp.). *Questionamos a psicanálise e suas instituições*. Petrópolis: Vozes.

_____ (org) (1973) *Cuestionamos II : Psicoanálisis Institucional y Psicoanálisis sin Institucion*. Buenos Aires: Granica.

Meirelles, M.L.A. (2016). Apresentação do livro *Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer*. Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Boletim Online n. 39.

Plon, L. D. O inconsciente sociopolítico – Entrevista a René Major (2003, 12 de outubro). *Folha de São Paulo*. São Paulo, Caderno Mais.

Reich, W. (1933). *Psicologia de Massa do Fascismo* (Tradução de J.Silva Dias a partir da versão francesa de Éditions La Pensée Molle). Porto: Escorpião. 1974.

_____ (1933) *La psicología de masas del fascismo*. (Tradução de R.M. Ruiz a partir da edição alemã de Sex-Pol Verlag, Zurique, 1933). México: Roca, 1973.

_____ (1933). *The function of the orgasm: Sex-economic problems of biological energy*. (V. R. Carfagno, trad.). London: Souvenir Press, 1942-1989, p. 236 (citado por Bedani, 2009).

Rodrigué, E. (1995). O caso Reich. In *Sigmund Freud: o século da psicanálise- 1895-1995*. Vol. 3, (pp 189-198). São Paulo: Escuta.

Roudinesco, E. e Plon M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Sollers, P. (1974). A propósito da dialética. In Verdiglione, A. (org) *Locura y sociedad segregativa* (pp. 30-52). Barcelona: Anagrama, 1976.

Wagner, C. M. (1995) *Freud e Reich – Continuidade ou ruptura?* São Paulo: Summus Editorial.